

## Macroeconomia, Habitação e Desenvolvimento Regional: o Complexo Multimodal Aluízio Campos em Campina Grande-PB

Macroeconomics, Housing and Regional Development: the Multimodal Complex Aluízio Campos in Campina Grande-PB

Leonardo de Araujo e Mota<sup>1</sup>  
Anselmo Ronsard Cavalcanti

### RESUMO

Um dos desafios das políticas públicas no Brasil é gerir o processo habitacional dentro de um contexto de uma urbanização acelerada. Campina Grande passou a enfrentar essa conjuntura com os condomínios populares, projetados pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) e, posteriormente, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O objetivo deste artigo é analisar a fase inicial da implantação do conjunto habitacional localizado no interior do Complexo Multimodal Aluízio Campos (CMAC), com 4.100 unidades habitacionais, em Campina Grande-PB. A pesquisa ancorou-se no plano-projeto do Complexo com suas informações básicas e também pesquisa etnográfica com visitação *in loco*, coleta de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com gestores do projeto e indivíduos sorteados com as residências.

**Palavras-chave:** Habitação. Políticas Públicas. Macroeconomia. Desenvolvimento Regional.

### ABSTRACT

One of the challenges of public policies in Brazil is to manage the housing process within a context of an accelerated urbanization. Campina Grande started to face this matter with popular housing, designed by the extinguished National Housing Bank (BNH) and, later, by the Minha Casa, Minha Vida Program (PMCMV). The objective of this article is to analyze the initial phase of the housing complex located inside the Multimodal Complex Aluízio Campos (CMAC), with 4,100 units, in Campina Grande-PB. The research was anchored in the Complex's project plan with its basic information and also ethnographic research, making of photographic records and semi-structured interviews with project managers and individuals drawn from the residences.

**Keywords:** Housing. Public Policy. Macroeconomics. Regional Development.

<sup>1</sup> Autor correspondente: Leonardo de Araujo e Mota - [la-mota@uol.com.br](mailto:la-mota@uol.com.br)

## INTRODUÇÃO

A partir da Emenda Constitucional (EC) nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, a Constituição Federal incluiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, com a alteração da redação original do artigo 6º do referido documento, instituindo o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) com a finalidade de prover a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas três esferas do governo. Dessa forma, verificou-se nas últimas décadas uma tendência à diversificação urbana no Brasil, a partir da construção de capacidades administrativas e técnicas tanto na esfera federal quanto local, tendo o setor privado ocupado novos e mais amplos papéis, embora cercados por novas ferramentas reguladoras (Marques, 2019).

No âmbito do capitalismo tardio e da globalização intensificou-se entre as cidades uma lógica transterritorial que implica tanto a transmigração de capital, como de pessoas; pobres e ricos (Harvey, 1989; Monclus, 1998; Held; Mc Grew, 2000). Isso implica em um intercâmbio material e cultural, o qual gera novas potencialidades econômicas e políticas. Dessa forma, “a implantação de processos globais em grandes cidades significou que o setor internacionalizado da economia urbana se expandiu imensamente e impôs um novo conjunto de critérios para a valoração ou precificação de atividades ou resultados econômicos” (Sassen, 2010, p. 97). Nos últimos quarenta anos, por exemplo, a cidade de Campina Grande passou de duzentos a quatrocentos e dez mil habitantes (IBGE, 2018), mais que duplicando sua população, fato que gerou novas demandas habitacionais.

Na era da globalização, novas condições econômicas e aumento da concorrência local, projetos espetaculares de larga escala estão se tornando ferramentas importantes do desenvolvimento urbano. Dar vida a esses projetos é um dos principais fatores para determinar a posição de uma cidade na lista de classificação mundial. Eles são frequentemente vistos não apenas como uma possibilidade de crescimento, mas também como uma chance de fortalecer a competitividade da cidade. Nesses termos, é crucial aprender como projetar e implementar esses projetos para se beneficiar deles o máximo possível e evitar os riscos que eles podem trazer.

Desde o início de sua idealização, no ano de 2014, o Complexo Multimodal Aluizio Campos (CMAC) apresentou-se como uma iniciativa diferenciada em termos de política

habitacional, sendo na época considerado o maior complexo habitacional do Brasil. O complexo produtivo se constitui numa área de aproximadamente 800 hectares na qual se pretende implantar um sistema que integrará um espaço industrial, complexo logístico (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição), empresas de base tecnológica e serviços avançados, conjunto habitacional e jardim botânico. Esse grande projeto de múltiplas atividades tem por objetivo potencializar o desenvolvimento do município de Campina Grande, como também as cidades circunvizinhas no sentido de consolidar uma agenda urbana empreendedorista pró-mercado (Miranda, 2019).

Segundo o IBGE (2018), Campina Grande se configura enquanto capital regional: a cidade ocupa papel central na integração das regiões do interior do estado da Paraíba por meio de sua rede de serviços (educação, saúde, serviços financeiros, etc.), contribuindo a difusão de zonas de maior complexidade e dinamismo, atraindo fluxos migratórios de pessoas e investimentos.

Se, no contexto nacional e regional, as novas ordens sociais tendem a acentuar transformações econômicas, no contexto local a importância e o potencial econômico da cidade reforçam a tendência de que haja um aprofundamento desta dinâmica, com expansão de suas conexões e interações com as cidades do entorno e demais regiões do estado da Paraíba, notadamente com relação à demanda, por parte da população da região, por emprego e por serviços oferecidos na cidade (Bacelar, 2000).

A partir de uma primeira análise da aglomeração de serviços que estão sendo propostos pelo Complexo Multimodal Aluizio Campos, é oportuno referir o empreendimento como um exemplo nomeado de Grande Projeto Urbano (GPU), pertencente às Grandes Intervenções Urbanas ou Megaprojetos pela sua própria característica de intervenção física de impacto sobre a malha urbana (Harvey, 1989). Tais projetos com frequência são observados na Europa, Estados Unidos e em países emergentes. Os GPU's são responsáveis pela constituição de uma nova fase do urbanismo contemporâneo, conhecida como Renascença Urbana. Em países como o Brasil, tais intervenções na paisagem urbana são reduzidas, ainda despertam pouco interesse da parte dos urbanistas e comportam análises eivadas de controvérsias (Gadens; Hardt; Frey; 2012, Ultramar; Rezende, 2007).

Os megaprojetos na atualidade geralmente se apresentam duas formas: grandes edifícios, estádios ou museus e, de outro lado, grandes complexos que misturam uso residencial, indústria, transportes etc. Em grande medida, tais empreendimentos estão sendo

desenvolvidos através de parcerias entre o setor público e privado. O Estado neoliberal tende a oferecer a infraestrutura necessária para que empresas se instalem em tais espaços com uma série de vantagens competitivas (Orueta; Fainstein, 2009).

O presente estudo se constituiu em uma investigação teórica e empírica de abordagem qualitativa e de caráter descritivo. A pesquisa teórica baseou-se em autores que tratam de temas relacionados ao regionalismo, políticas públicas, urbanização e cidades. A análise documental, por sua vez, ancorou-se no plano-projeto do Complexo com suas informações básicas e outros documentos oficiais. A pesquisa etnográfica, por sua vez, ocorreu entre 2017 a 2019, com visitação *in loco*, coleta de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas com gestores do projeto e indivíduos sorteados com as residências (Triviños, 1987; Manzini, 1990/1991, 2003, Goldenberg, 2004).

### **Complexo habitacional Aluizio Campos: história e caracterização**

A retentiva de Aluizio Afonso Campos está associada à sua trajetória, ações e legado para a história da cidade de Campina Grande. Nasceu no dia 08 de dezembro de 1914, na Fazenda Ligeiro, entre os municípios de Campina Grande e Queimadas. Era filho de Affonso Rodrigues de Sousa Campos, um importante jurídico paraibano e Porfíria Montenegro Campos. Porém, se tornou filho único e órfão de pai muito precocemente. Ainda criança, foi estudar na capital da Paraíba, no Grupo Escolar Epitácio Pessoa, e daí para o Colégio Pio X, chegando ao Liceu Paraibano, sendo educado dentro de um universo cultural no qual sua família e seu grupo social já o predestinaria: a herança política.

A Fazenda do Ligeiro, onde foi construído o Complexo, era seu local de férias e onde nasceu. Sua formação foi de pecuarista, estagiário em Crédito Rural (Universidade Lafaiete, EUA), advogado e político, bacharelado-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Como político, marcou a sua presença na História do Brasil como Deputado Constituinte e foi um dos autores do preâmbulo da Constituição Federal de 1988 (Melo, 2014). Casado com Inalda Lobo Campos, Aluizio Campos veio a falecer em 16 de junho de 2002, aos 87 anos, sem deixar herdeiros, na Fazenda do Ligeiro. O patrimônio do ex-deputado foi deixado em testamento para a Fundação Banco do Brasil uma parcela de 40% do território da fazenda, e outros 40% para a Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FURNE), em campina Grande - PB (Azevedo, 2010). O restante do

espólio foi dividido entre alguns familiares e pessoas próximas.

O conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluizio Campos (CMAC) está localizado na área que circunda o bairro do Ligeiro, onde se localizava anteriormente a fazenda do mesmo nome, região considerada urbana, se situando ao Norte da cidade de Queimadas e à uma distância de 9 km de seu Centro Administrativo, limítrofe com a cidade de Campina Grande.

Considerando que o patrimônio de Aluizio Afonso Campos foi encaminhado em testamento para diferentes destinos, dentre eles a Fundação Banco do Brasil e a FURNE, para esta última ficou o encargo de criar um memorial sobre o antigo proprietário e também alavancar meios em benefício da população principalmente através de pesquisas voltadas à área agrícola. Para a Fundação Banco do Brasil foi destinada uma área à comunidade local, estudantes e cientistas. Em meados de 2013, a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) entrou em transação política pela área pertencente ao Banco, que cedeu os direitos de uso do espaço para preencher o propósito inicial de melhoramento local.

O Complexo Multimodal Aluizio Campos se constitui aproximadamente em 800 hectares, correspondendo de 20% a 25% da mancha urbana da cidade. Para o conjunto habitacional, especificamente, foi alocado uma área de aproximadamente 117 hectares. O projeto atende aos empreendimentos que são realizados pelo financiamento da Faixa 01 do Programa Minha Casa, Minha Vida (renda mensal de até R\$ 1.800,00) através do Ministério das Cidades, Banco do Brasil/Caixa Econômica Federal, Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e parceria com a Prefeitura Municipal, a qual se responsabilizou pela construção dos equipamentos sociais e comunitários. Segundo dados coletados junto a autoridades municipais o projeto prevê, pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, a construção de dez praças, três creches, três escolas e duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma como Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Figura 1 - Visão em perspectiva do conjunto habitacional do CMAC



Fonte: PMCG, 2017

Em 2017, o salário médio mensal dos habitantes de Campina Grande correspondia a 2.2 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26.9%, ou seja, cerca de  $\frac{1}{4}$  do total. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, o município tinha 39.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 220 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 2810 de 5570 dentre as cidades do Brasil. A partir desses dados observa-se que Campina Grande se constitui em um território com grande disponibilidade de mão-de-obra a baixo custo (IBGE, 2019). Neste sentido, considerando a busca por vantagens competitivas entre empresas em âmbito supranacional, os futuros residentes do conjunto habitacional representam vantagem estratégica de mercado (Guilhon, 1998).

### **Sorteio e disposição das unidades habitacionais do Complexo MULTIMODAL**

Para analisarmos as condições em que foi desempenhado o conjunto habitacional do Complexo Multimodal Aluízio Campos (CMAC) é de suma relevância fazermos uma ponderação do histórico de sua implantação, ressaltando o processo de sorteio de aquisição das moradias. Segundo informações coletadas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência (SEPLAN) e reportagem direcionada ao CMAC feita pela Revista Prisma (2017, ed. 63), o projeto foi concebido e estruturado pela empresa Progescon (Projeto, Gestão e Consultoria em Engenharia Ltda) e erigido pela Construtora Rocha Cavalcanti, empresa

familiar sediada em Campina Grande e com atuação de 38 anos no mercado com obras em diversas áreas, além do habitacional.

A obra, estimada em R\$ 300 milhões, com a contrapartida de R\$ 30 milhões por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande, teve início em meados de 2014, logo posteriormente à aquisição do terreno e encerrou suas atividades principais no final de 2017. Nas vésperas da conclusão, houve o impasse da edificação da estação central de distribuição de água, pertencente à CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba). Ao final das negociações, os custos financeiros da ordem de R\$ 12 milhões para a água ficaram a cargo da Prefeitura Municipal, ao invés do Governo do Estado, mesmo considerando que a distribuidora de água seja um órgão pertencente à esfera estadual.

O terreno destinado para o condomínio residencial de 117 hectares (1.170.000 m<sup>2</sup>) obteve 200.285,94 m<sup>2</sup> de total área construída. Foram ofertadas 4.100 unidades habitacionais, sendo 3.012 casas e 1.088 apartamentos. Para a seleção dos futuros moradores das residências, deliberou-se por um sorteio público que viria a acontecer após algumas etapas específicas que necessitavam critérios obrigatórios da Prefeitura Municipal para o condicionamento da participação da população em geral (SEPLAN, 2018).

Em síntese, as pessoas que almejassem entrar no sorteio teriam que obedecer, pelo menos, a um dos seguintes critérios: (a) moradores de área de risco, (b) possuidores de medida protetiva, (c) mulher responsável familiar, (d) pessoas com deficiência, (e) portadores de doença crônica, (f) conjunção familiar monoparental. Para os casos particulares de pessoas com deficiência ou portadores de doença crônica houve a exigência de que elas apresentassem os laudos médicos. O documento que comprovasse tais condições especiais precisaram estar anexado à ficha cadastral para validação do enquadramento na cota específica, na qual se integrava também os idosos, durante os sorteios das residências.

Foram inscritas 15.213 pessoas para o sorteio. Após triagens detalhadas e visitas técnicas feitas pela equipe de assistência social da SEPLAN, que realizou entrevistas com cada um dos inscritos, foram inabilitadas ao sorteio 3.628 pessoas por algum tipo de inconsistência comprobatória referente aos critérios. Em respeito a legislação aprovada pela Câmara de Vereadores de Campina Grande e validada pelo Conselho de Habitação da cidade, 27 famílias não precisaram participar do sorteio, pois são grupos integrados por sete posseiros do terreno original de Aluizio Campos.

De acordo com a Portaria 412 do Ministério das Cidades, também não necessitaram

participar do sorteio, sendo contempladas automaticamente, as famílias com crianças portadoras de microcefalia (total de 20) e grupos que traziam alguma permissão por decisão judicial (total de 25) relacionada ao crédito imobiliário oferecido pela CHB (Companhia Hipotecária Brasileira) e Cobansa Cia Hipotecária, através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSHIS).

Ainda segundo a Portaria, não precisariam passar pelo crivo do sorteio por existir uma maior demanda de imóveis em relação ao total de inscritos: a) idosos com 02 critérios (65 contemplados) – estavam sendo ofertados 246 imóveis; b) pessoas portadoras de deficiência com 4 ou 3 critérios (118 contemplados) – estavam sendo ofertados 246 imóveis; c) pessoas que possuíam 4 critérios diretamente (1 contemplado) – estavam sendo ofertados 60% dos imóveis. Desconsiderados os casos anteriores, o total de aptos para concorrer às 3.456 unidades habitacionais restantes foram de 11.364 pessoas, com a relação nominal divulgada entre as páginas 420 a 662 do Semanário Oficial nº 2556 (29 de janeiro à 02 de fevereiro de 2018) (PMCG, 2018).

A confirmação da data da realização do sorteio, como o local escolhido e explanação dos responsáveis pelo processo do sorteio ocorreu durante uma entrevista coletiva concedida pela Prefeitura Municipal no auditório do IPSEM (Instituto de Previdência do Servidor Municipal), em Campina Grande, com a presença de representantes do Ministério Público Federal (MPF), secretários, vereadores e docentes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Duas horas após o sorteio os nomes dos contemplados seriam disponibilizados em ordem alfabética através de sistema próprio na Internet.

Durante a coletiva foram apresentados os detalhes técnicos do sorteio, a ser realizado através de um *software* desenvolvido pela UFCG, através do Departamento de Sistemas e Comunicação, que ofereceria “100% de segurança e transparência a este processo” (PMCG, 2018), contando com fiscalização do MPF e técnicos do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). O programa de computador utilizado para o processo utilizou algoritmos avançados de criptografia, desenvolvido pela equipe do professor Dr. Nazareno Andrade, da UFCG, enunciado como sendo referência em projetos de informática para o combate à corrupção.

A partir de informações advindas dos veículos de comunicação e da própria coletiva realizada pela PMCG, ficou claro que o MPF acompanhou todos os passos e simulações realizadas do *software* como teste na própria sede do MPF, onde computadores e CDs



contendo a lista de nomes criptografados foram confinados em um cofre até a hora do sorteio. Segundo os desenvolvedores do *software*, o sistema só funciona com o acionamento de duas chaves virtuais: uma de responsabilidade do MPF e outra da SEPLAN, que se complementam. Todo o sistema de transformação de nomes em números e a descryptografia deveriam ser monitorados pela Procuradoria Geral da República (PGR).

O programa iria transformar o nome das pessoas em códigos e, para conhecer o nome dos sorteados foi utilizada uma senha dividida duas partes, uma delas que ficaria com o Procurador do Ministério Público Federal e outra com o secretário de Planejamento da Prefeitura. Dessa forma, nenhum dos dois responsáveis saberia qual a outra parte da senha, a qual transforma os números em nomes. A informatização do processo de sorteio das unidades habitacionais, através de *software* moderno com avançados recursos de criptografia e a participação de agentes públicos de diferentes órgãos no monitoramento e controle da operação foi um fato bastante enfatizado pela Prefeitura como uma forma de evitar favorecimentos políticos e corrupção. Até o momento da submissão deste texto não tivemos conhecimento de denúncias acerca de qualquer fraude nesse processo por parte de agentes públicos de controle e monitoramento desta operação.

O sorteio aconteceu no dia 31 de janeiro de 2018, às 10 horas da manhã, na parte superior localizada dentro da pirâmide do Parque do Povo<sup>1</sup>, em Campina Grande-PB. Na ocasião estavam presentes os candidatos às casas, população em geral, imprensa, políticos, representantes do MPF, da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB). Durante o evento foram fornecidas informações sobre o novo núcleo habitacional por meio de vídeo gravado pela PMCG e explanação sobre todas as etapas do processo (da inscrição ao sorteio). Técnicos também fizeram a prévia apresentação sobre como se iria se processar o sorteio.

A lista dos contemplados foi encaminhada para o *site* oficial da PMCG para visualização pública, porém para aqueles que não tiveram acesso à internet ou necessitaram de outros esclarecimentos, a Prefeitura disponibilizou postos de atendimento da SEPLAN no Teatro Rosil Cavalcante. Nas etapas que se sequenciaram foi incluída uma auditoria para averiguar se existem registros no cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) nos nomes dos selecionados, ou se possuem o Número de Identificação Social (NIS)

---

<sup>1</sup> O Parque do Povo, situado em Campina Grande, é uma área central e descoberta com a função de sediar alguns eventos da cidade, sendo o mais importante a festa junina que, desde 1983, é denominada de o Maior São João do Mundo.

desatualizado e documentação de identificação ilegível. Tal medida também faz parte do processo de fiscalização para identificar possíveis situações irregulares entre os contemplados, as quais poderiam resultar na sua exclusão da relação encaminhada para a instituição financeira do projeto, o Banco do Brasil.

Posteriormente, as pessoas que obtiveram seus cadastros aprovados pelos critérios do Banco do Brasil receberam convites para novas reuniões programadas pela SEPLAN no Teatro Severino Cabral. Os encontros tiveram caráter informativo, tendo como objetivo a orientação quanto aos aspectos de convivência coletiva no conjunto habitacional, direitos e deveres dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e informações sobre outras etapas até o recebimento das chaves dos imóveis (PMCG, 2018).

Segundo dados obtidos a partir da SEPLAN, e de notas emitidas pela Construtora Rocha Cavalcante em meios de divulgação midiática (2017), o empreendimento das casas havia sido inicialmente projetado a partir do sistema convencional de construção, sistema esse que foi alterado para o de alvenaria estrutural com blocos de concreto, para os edifícios e às casas, considerado “como muito eficiente em inúmeras obras habitacionais.” (ROCHA, Renato. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).

Como já discutido anteriormente, o conjunto habitacional em questão possui 4.100 unidades residenciais, sendo 3.012 casas e 1.088 apartamentos. Todo o loteamento está seccionado em 04 grandes setores com uma subdivisão interna dos três primeiros em 26 quadras, e o último setor com 7 quadras, incluindo as áreas comerciais e os espaços destinados da PMCG para serviços de utilidade pública, praças, creches e postos de saúde.

As casas térreas foram projetadas para serem constituídas aos pares, porém em lotes diferentes, havendo recuos apenas frontais delimitados pela rua principal projetada, como também um afastamento lateral das outras casas que se seguem no mesmo setor. Com uma área construída total de 43 m<sup>2</sup>, as residências possuem 2 dormitórios, 1 banheiro social, 1 sala de estar, 1 cozinha e 1 espaço aberto para área de serviço/quintal. “As casas foram executadas com itens de acessibilidade, com portas dimensionadas para passagem de cadeiras de rodas e banheiros adaptáveis, e todas equipadas com aquecimento por energia solar fotovoltaica.” (AGRA, André. *in*: Revista Prisma, 2017, ed. 63).

Figura 2 - Casas do conjunto habitacional do CMAC finalizadas (visão frontal)



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Os apartamentos foram alocados em um projeto estrutural de 68 edifícios de quatro pavimentos, cada um deles com 4 apartamentos de 2 dormitórios por andar, de 48 m<sup>2</sup> e 52 m<sup>2</sup> cada. Eles possuem o mesmo número de cômodos funcionais de uma casa térrea.

Figura 3 - Imagem em perspectiva de um dos edifícios do CMAC que comporta 4 apartamentos por andar



Fonte: Codecom/PMCG, 2018

Segundo as informações obtidas a partir da Construtora Rocha Cavalcante, a dificuldade enfrentada na obra foi a enorme dimensão do terreno, acidentado e que exigiu grande movimentação de terra para atender às exigências de acessibilidade e, assim, evitar a necessidade de escadas. Todos os blocos foram entregues paletizados “para facilitar a movimentação na obra” (ROCHA, Renato. in: Revista Prisma, maio de 2017), com equipamentos de transporte vertical e andaimes. A execução dos serviços ocorreu mais lentamente em 2015, devido a dificuldades econômicas que afetaram o pagamento pelo Governo Federal das medições, que começaram a se normalizar no segundo semestre de 2015 e adquiriram regularidade em 2016 e 2017.

As ruas do condomínio, no total de 66, e as avenidas, no total de 9, foram pavimentadas com asfalto e as calçadas estão sendo ladrilhadas com pisos intertravados de concreto. De acordo com a PMCG (2018) foi incorporado também o projeto produzido pela Secretaria Municipal de Serviços Urbano e Meio Ambiente (SESUMA), que organiza a arborização das ruas através do Programa Minha Árvore, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em relação aos equipamentos de utilidade pública para os futuros moradores, os serviços estão construídos e sintetizam-se em: 10 praças, 3 creches, 2 escolas, 2 Unidades Básicas de Saúde (UBS), com duas equipes de Saúde da Família, 1 Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e 1 distribuidora e adutora de água que comporta 750 mil litros. (PMCG, 2018). Na Tabela 1, segue os dados referentes às áreas e equipamentos do Complexo, em suas devidas proporções:

Tabela 1 - Painel geral das áreas e equipamentos pertencentes ao CMAC

<b>Complexo Aluizio Campos</b>			
Quadro de áreas geral	Unidades	Áreas (m <sup>2</sup> )	%
Lotes residenciais (unid. habitacionais)	6.652	596.859,53	7,28
Equipamentos comunitários	2	100.006,09	1,22
Lotes indústria	306	1.342.714,73	16,39
Lotes comércio/serviço	5	79.571,65	0,97
Praças	8	37.234,36	0,45
Prefeitura Municipal de CG	-	1.704.524,73	20,80
Jardim botânico	-	506.405,71	6,18
Áreas verdes	-	1.018.680,95	12,43
Tecnópolis	-	985.383,18	12,03

Faixas de domínio	-	224.882,35	2,74
Sistema viário	-	1.597.662,72	19,50
Poligonal	-	8.193.926,00	100
Área remanescente	-	60.930,84	-
Área líquida vendável	-	4.709.053,82	0,57

Fonte: Revista Prisma/PMCG, 2017

### **O Complexo Multimodal Aluizio Campos: UMA incursão qualitativa do porvir**

Para o início da pesquisa, houve a oportunidade de realizar uma visita de campo ao conjunto habitacional do Conjunto Multimodal Aluizio Campos (CMAC) em junho de 2017, viabilizada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), a qual cedeu um ônibus exclusivo próprio da agência pública. O transporte alocou, aproximadamente, vinte e seis pessoas durante o percurso, os quais estavam cursando a disciplina de Planejamento Regional e Urbano do Mestrado de Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Os passageiros eram provenientes de diversos segmentos profissionais da sociedade, os quais tinham interesse em setores determinados do projeto, como transporte urbano, saúde e segurança, além de haver também alguns funcionários da PMCG. Através de impressão empírica, pôde-se constatar que a pavimentação das ruas era equivalente a 70% do total.

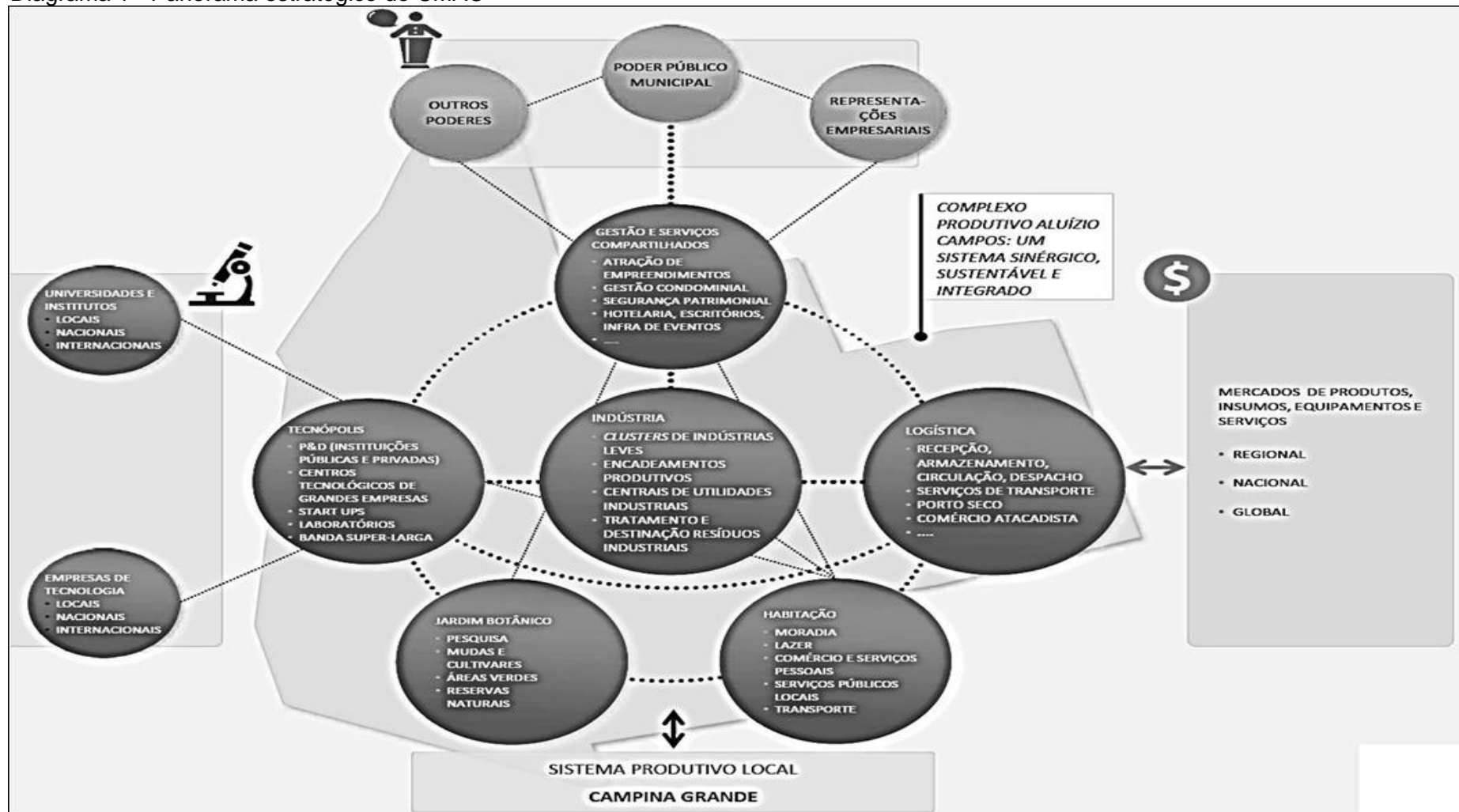
Neste período, em 2017, as obras destinadas ao conjunto residencial estavam bem avançadas e a maioria das residências estava pronta para ser entregue. Primeiramente, nos foi mostrada a estrutura de uma quadra esportiva e, em seguida, descemos do ônibus para visitar as futuras instalações de um auditório, assim como as casas, nas quais ainda não possuíam moradores devido a um impasse existente entre a agência administrativa municipal e a sociedade civil, ou seja, a Prefeitura Municipal e a Caixa Econômica Federal.

Na oportunidade, percebe-se que não só as obras de habitação estavam avançadas, mas também a logística das calçadas, jardim e com relação à reserva voltada para o Jardim Botânico, a obra ainda estava embrionária. Também fomos informados da viabilidade de futuras escolas de ensino fundamental do município e uma escola de ensino médio estadual. Também foi averiguado que existiam alguns outdoors de empresas locais, como fábrica de fechadura e fábrica de tintas. Percebemos que o anel rodoviário que dá acesso ao Aluizio

Campina Grande não estava concluído, assim como a adutora de água. Ainda na entrada do CMAC, como também em duas extremidades e no acesso rodoviário na BR-230, sentido Campina Grande-João Pessoa, há placas municipais reafirmando o slogan proposto para o projeto: “O maior conjunto habitacional em construção no Brasil”

No documento *Plataforma Aluizio Campos: visão de futuro 2035*, podemos identificar alguns elementos que são indícios de uma lógica mercadológica de habitação, conforme o Diagrama 1, no qual o elemento que aparece no centro do planejamento é a indústria, incluindo *clusters* de indústrias leves, encadeamentos produtivos, centrais de utilidades industriais e tratamento e distribuição de resíduos industriais, evidenciando o valor de troca do espaço como centro da racionalidade urbanista capitalista: A lógica estabelecida pelo processo da industrialização pode ser entendida como mecanismo centralizador.

Diagrama 1 - Panorama estratégico do CMAC



No Diagrama 2 aparecem as vantagens que as empresas interessadas terão ao se instalarem no local. Segundo a PMCG (2016), já existe demandas por áreas do Complexo por parte de aproximadamente 600 empresas, as quais manifestaram interesse em se instalarem no local. Essa disputa pelo espaço é o primeiro mecanismo de poder que aparece no processo de construção do espaço público, tanto no interesse dessas empresas por mão de obra, quanto no interesse do poder local em transformar a construção de uma obra de interesse social, considerando o déficit habitacional de Campina Grande.

Considerando a sociabilidade no conjunto habitacional do CMAC, é enfatizado pelos agentes públicos o papel do habitante como força produtiva central, ficando as atividades de indústria, comércio, desenvolvimento técnico educacional e preservação ambiental em segundo plano, porém, evidentemente, não de forma insignificante. Neste sentido evidencia-se uma mescla entre os discursos do empreendimento enquanto “obra de interesse social” ou de “atração de investimentos”.

Diagrama 2 - Vantagens de aglomeração das empresas do CMAC



Fonte: PMCG, 2016

Ao analisar a Diagrama 2, proveniente também da Prefeitura, observa-se que o



conjunto habitacional está em posição secundária. O termo *disponibilidade de mão de obra* é um elemento muito presente no material da prefeitura analisado em sua totalidade.

Em todos os elementos dos diagramas apresentados no material do planejamento, a seção Habitação é apresentada como aquela que fornece a *força de trabalho*, ou seja, a população da cidade representaria um valor de troca, mas não há devida relevância sobre o que a habitação representará para os moradores, ou seja, como cada serviço público irá funcionar considerando sua função social.

Como parte da pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido, porém passível de respostas livres, entre o segundo semestre de 2018 e o início de 2019, tendo como públicos-alvo gestores do empreendimento e usuários (futuros moradores).

Primeiramente, para iniciar a pesquisa foi necessário perfazer completo entendimento do objeto de estudo a partir de uma visão macroscópica e generalista, para posteriormente fazer os evidentes delineamentos etnográficos. Por isso, foram escolhidos alguns agentes públicos da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG), como o Secretário de Planejamento, Gestão e Transparência e o Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento. Os encontros tiveram uma duração da conversação entendendo-se sob a média de 15 a 50 minutos.

A primeira pergunta inquiria uma abordagem de como se originou a concepção do Complexo Multimodal Aluizio Campos (CMAC) e como ele se estruturava. Ambos os entrevistados relataram a investida da Prefeitura Municipal entre os anos de 2013-2014 para que um projeto de desenvolvimento se planeasse no terreno de 800 hectares cedido aos inventariantes no testamento de Aluizio Campos, enfatizando a concretização de seu antigo desejo de deixar esse patrimônio para o desenvolvimento da cidade de Campina Grande.

A proposta preliminar para a garantia de recursos do Governo Federal tinha inserido a divisão do espaço em dois setores bem marcantes: a habitação e a empresarial. Através da aprovação do projeto pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, sobretudo devido ao empenho do então Ministro das Cidades na ocasião, o paraibano Aguinaldo Ribeiro, se realizou, logo de início, as obras para a construção de um conjunto habitacional. O termo “multimodal” trata-se de uma referência às diversas funções elencadas no projeto: habitação, empresas/indústrias de base tecnológica, logística (armazenamento, transportes, comércio atacadista e distribuição), creches, postos de saúde e jardim botânico. Neste sentido, o Coordenador da Secretaria de

Desenvolvimento destaca as benesses do conjunto:

Todas as casas possuem um equipamento de captação de energia solar. O conjunto todo irá possuir escola, creche, posto de saúde, praça, colégio, posto policial, ou seja, todos os equipamentos públicos necessários. A Caixa Econômica Federal só vai liberar o acesso das pessoas quando todos esses equipamentos estiverem concluídos. Isso é diferente dos outros conjuntos, que só se pensou na própria habitação. Dentro do plano de mobilidade urbana, está sendo realizado também um estudo para observar quais as linhas de ônibus que atenderão aquele conjunto. Há, atualmente, a linha 944 que passa na frente do Complexo e retorna, porém, isso é pouco. É necessário ter uma linha própria que entre naquele espaço, pois futuramente residirão ali cerca de 25 mil pessoas. Quando estiver sendo implantada a área empresarial, aí sim que vai precisar mesmo ter os equipamentos necessários para a mobilidade. (Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, maio de 2018)

Na mesma linha de raciocínio, foi exposto que a Prefeitura reservou uma área de 30 hectares, a qual está em negociação com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para ser edificado o Jardim Botânico, sendo este órgão o gestor do Jardim. Outra área de 100 hectares está sendo trabalhada para ser a Tecnópolis, um espaço que busca o desenvolvimento da indústria baseada em alta tecnologia, destinado para companhias, associações de pesquisa com bases tecnológicas, ligadas não somente a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (Fund. PaqTcPB), mas também à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) e da Escola Técnica Redentorista (ETER). Campina Grande é conhecida pela concentração de várias instituições de ensino superior. Por este motivo as universidades e escolas técnicas foram procuradas.

O investimento inicial, segundo os gestores públicos entrevistados, será de R\$ 500 milhões do setor público e R\$ 440 milhões do privado, com proposta de que quase 150 empresas irão se instalar no local. Uma parcela de 700 hectares do Complexo ficou destinada à atividade empresarial, que está subdividida em três áreas: a primeira é logística, para empresas voltadas para o armazenamento, carga e transporte; a segunda é para as médias e grandes empresas, algumas já inscritas; a terceira é o distrito das micro e pequenas empresas, que possuem não mais que cinquenta funcionários.

Nessa perspectiva de micro empreendimentos, Campina Grande não poderia fugir à regra. Claro que todo esse projeto não é de uma instância pública somente, até porque, no nosso país, todos os distritos industriais sempre tiveram apoio do Governo Federal e Governo do Estado. Entretanto, não tivemos apoio federal nessa parte logística e industrial, mas somente com relação ao Programa Minha Casa,

Minha Vida, ou seja, somente para a área habitacional. Mas mesmo sem a parte empresarial ainda estar em funcionamento, nós conseguimos alocar uma empresa, a Tintas Bella, a primeira e única empresa que está por lá. Todavia, em nosso cadastro, apresentam-se 464 estabelecimentos que demonstraram interesse para ir ao Complexo. Empresas médias, a maioria de micro e pequeno porte. Mas nesse período de crise sabemos que não temos mais essa reserva garantida com condições reais de organizar vínculo por lá. (Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento, maio de 2018).

Na mesma entrevista, o Coordenador expõe que antes do início da execução das obras a cidade estava “estagnada e sem área para ampliação do seu parque empresarial”. A Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), que está diretamente ligada ao parque empresarial encontra-se atualmente em contato com micro e pequenos empresários que dispostos a se instalar no Complexo. Segundo ele, os lotes já estão em fase avançada, com máquinas trabalhando na abertura de vias e preparando sua locação. A prioridade será para empresários que tenham interesse de se instalarem imediatamente, para que os espaços sejam usados de uma forma eficiente ocasionando desenvolvimento através das centenas de empregos que serão gerados para os cidadãos campinenses com ênfase na propaganda em habitar no então considerado o “MAIOR conjunto habitacional em construção no Brasil”, conforme placa da Figura 4.

Figura 4 – Placa em uma das entradas do CMAC.



Fonte: Acervo pessoal dos autores

Este entrevistado lembrou que, recentemente, um grupo de empresários paraibanos do ramo calçadista e de confecções esteve em Campina Grande e se “entusiasmaram” com o projeto. Ambos os entrevistados comentaram a existência de um debate ainda sem acordo referente ao sistema de redistribuição de água. A Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), que pertence à instância estadual, à época ainda não havia realizado a extração e encanamento de recursos hídricos para aquela região. Devido a isso, a Prefeitura foi obrigada a gastar mais de 12 milhões de reais para efetuar essa ação. Questionado sobre as vantagens e desvantagens acerca da implementação do aspecto multimodal, o Secretário de Planejamento comentou:

Observe a situação: empresas funcionando e, de um lado, um conjunto habitacional de 30 mil habitantes, que já nasce maior do que 182 municípios da Paraíba. Essas empresas, bem ou mal, vão fornecer 2 mil ou 3 mil empregos de início. Nós estamos querendo que as próprias pessoas que morem no conjunto se habilitem às vagas para trabalhar por lá mesmo, uma vez que não precisarão de transporte para se deslocar. No máximo, irão precisar de uma linha circular interna de ônibus. A grande vantagem será essa possibilidade de ter, paralelo à parte habitacional, que é o que já está pronto, um setor empresarial gerando emprego e renda à população. (Secretário de Planejamento, junho de 2018)

A atenção foi retomada quando indaguei sobre a participação do Conselho Municipal de Habitação no projeto, já que na conjuntura atual, a democracia participativa requer uma sensação de pertencimento ao alojar pessoas para habitar em lugares que tenham algum referencial de identificação. O próprio entrevistado, o Secretário de Planejamento, mencionou experiências anteriores em outros conjuntos habitacionais, como também a capacitação dos trabalhadores do conjunto via órgãos como SESI, SENAI e SEBRAE.

Uma vez tendo um perfil do trabalhador, as empresas que irão se instalar naquele espaço. Elas talvez terão conhecimento sobre quem são essas pessoas que podem ser seus futuros empregados. E mais do que isso, elas estarão contando uma série de intervenções de órgãos públicos. A Prefeitura, o SESI, o SENAI e o SEBRAE vão poder fazer programas de capacitação. Até porque cada pessoa tem uma casa com uma área para expansão. Então imagine que, no futuro, uma pessoa seja capacitada. Ela poderia aproveitar sua área de expansão para colocar uma pequena empresa, já começando a desenvolver uma atividade própria de comércio. [...] Por exemplo, descobrindo que ali existem 500 pedreiros, 200 costureiras, 100 carpinteiros.

Entende? A gente tem área aqui para esse próprio pessoal começar a trabalhar de forma conjunta. Imagine que eu descubra que tem umas 400 pessoas que trabalham com madeira, 200 com ferro, a gente já pode juntar essas pessoas. O SENAI e o SEBRAE dão treinamentos para que eles possam a trabalhar. (Secretário de Planejamento, junho de 2018)

Ao Secretário de Planejamento também foi feita uma indagação a respeito da temática do meio ambiente e, principalmente, da preservação do bioma da caatinga. O Secretário iniciou relatando que a região onde está o conjunto habitacional apresenta muitas ondulações, fato que dificulta atividades empresariais. No total dos 700 hectares, não será possível aproveitar mais do que 40% deste território, uma vez que o resto são áreas que já possuem matas e árvores que não podem ser cortadas, grandes aclives, declives, muitas aflorações de pedras e alguns riachos. Há também uma área demarcada de 100 metros na qual será instalada a linha de transmissão de alta tensão da CHESF, como também outra região em que passará o gasoduto. Tais áreas não poderão ser utilizadas, incluindo a área de 52 hectares reservada ao Jardim Botânico, no qual já existem dois açudes antigos. A participação do morador é destacada como essencial, pois cada pessoa terá que plantar uma árvore em frente a sua casa, uma vez que tal ação faz parte do novo código de construção de calçadas.

Uma das características importantes do conjunto habitacional é o sistema de captação de energia solar para aquecimento da água do chuveiro das habitações. Todas as casas possuem uma placa solar com um *boiler* que mantém a água quente, utilizando um sistema de painéis de células fotovoltaicas de captação de energia. Ainda dentro do perfil sustentável das unidades habitacionais, o Secretário explica que praticamente não foi utilizado madeira na construção, uma vez que todas as casas apresentam estruturas metálicas com 50 anos de garantia e esquadrias de janelas e basculantes de alumínio, que garantem maior durabilidade, substituindo as tradicionais estruturas em madeira.

Outra coleta e análise de dados de campo acerca do conjunto habitacional do CMAC foram realizadas nos primeiros meses de 2019. As entrevistas, agora, estavam direcionadas às pessoas que se inscreveram no sorteio e que foram contempladas com as moradias.

Para esta pesquisa, foram selecionados cinco entrevistados, todos futuros moradores do conjunto habitacional, sendo identificados na análise por ordem alfabética: A, B, C, D e E. Em síntese, foram realizadas no total de 16 perguntas, relacionadas à aquisição das residências, razão por terem adentrado no processo e o que as apetece para o futuro do

conjunto habitacional.

Algumas entrevistas foram efetuadas nos próprios lares domiciliares em que as pessoas se encontravam no momento. Outras foram realizadas em outros espaços públicos, como em uma praça, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ou na Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência (SEPLAN). Todas as respostas foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente para a análise.

No que tange á aquisição da moradia, a maioria das respostas convergiam-se na justificativa de “sair do aluguel”, sendo a instabilidade provocada por não ter uma casa própria considerada pela maioria como uma desvantagem social. Entretanto, para alguns entrevistados, a isso também somava o fato deles morarem em bairros considerados perigosos ou avaliados como áreas de risco da cidade.

Segundo informações da PMCG (2018), e elucidadas no início desse trabalho, as pessoas que almejassem entrar no sorteio teriam que obedecer, pelo menos, a um dos seguintes critérios condicionais: a) moradores de área de risco; b) possuidores de medida protetiva; c) mulher responsável familiar; d) PCD (pessoas com deficiência); e) portadores de doença crônica; e f) conjunção familiar monoparental. Dos cinco entrevistados, quatro eram mulheres e mães chefes de família, sendo que uma delas era portadora de doença crônica, no caso diabetes. O entrevistado masculino é residente em um bairro que é considerado pela Defesa Civil de Campina Grande como área emergencial, que sofre com constantes inundações.

Quando indagados se preferiam morar em casas ou apartamentos, houve indiferença de alguns entrevistados quanto ao tipo de moradia, ou seja, o que lhes interessava era a habitação própria. Sobre o apoio governamental, alguns relataram que apenas a SEPLAN seria o órgão público que os estaria os direcionando no processo da aquisição das casas, através de trâmites jurídicos, não havendo a participação do Conselho Municipal. Um dos entrevistados expôs que um grupo de discussão via aplicativo de celular *WhatsApp* fazia uma ponte de debate entre os contemplados, transmitindo informações e apoio mútuo. Todos os entrevistados, em unanimidade, admitiram que ter uma casa própria seria a concretização do sonho, porém, estariam também abertos para novas oportunidades de emprego, fazendo com que ambas as coisas se harmonizassem.

Apenas o entrevistado “A” relatou ter vivido em um condomínio público já arraigado na cidade de Campina Grande, o conjunto Major Veneziano. Realizando comparação com o

CMAC, ele identificou as casas do novo empreendimento como sendo bem mais acabadas e elaboradas, considerando sua experiência de construtor, e por isso sabe fazer as devidas comparações. Os outros entrevistados declararam impressões positivas a respeito de como CMAC se comporta nas mídias, se lançando como inovador e desenvolvendo todo um processo de seleção de uma forma mais organizada e transparente. Na opinião deles, o Complexo poderia alavancar o desenvolvimento social para a cidade.

O entrevistado “A” ressaltou que acredita em um possível desenvolvimento da área, hoje considerada apartada da cidade, ou seja, a região que circunda o bairro do Ligeiro e que é limítrofe entre as cidades de Campina Grande e Queimadas. Foram expostas também considerações sobre a formação da cidadania dos indivíduos, pois para os entrevistados não adianta apenas receber a chave de uma casa, mas é necessária a participação da comunidade com trabalho, lazer e cultura. O entrevistado “B” enfatizou a “seriedade” do sorteio, ou seja, a burocracia frente aos acordos de financiamento e a presença do Ministério Público como fatores para acreditar no desenvolvimento econômico e social do conjunto habitacional, sem o viés assistencialista.

Os entrevistados “C” e “D” admitiram que iriam se deslocar para o conjunto habitacional, pois essa é sua melhor alternativa em virtude da constituição física das casas, que são consideradas de em boa qualidade e de “pronto-entrega”, independentemente de alguns serviços públicos ainda ausentes. O entrevistado “E” foi categórico ao afirmar que não iria se mudar para o conjunto habitacional se este não possuir posto de saúde, pois sendo uma pessoa portadora de doença crônica é imprescindível que o atendimento médico esteja próximo da sua casa. Quando indagados sobre quem foi Aluizio Campos, sua história ou o porquê do CMAC, todos afirmaram que não o conheciam, mas estão abertas para compreender sua influência e trajetória que findou na construção daquele empreendimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Complexo Multimodal Aluizio Campos representa um megaprojeto urbano com finalidades que abarcam tanto o desenvolvimento econômico *per se*, como também o social e regional. Na medida em que este projeto oferece a indivíduos socialmente vulneráveis uma gama de serviços públicos inovadores no conjunto habitacional, considerando a média dos empreendimentos locais anteriores. Serviços como disponibilidade de energia solar, creches,

escolas, postos de saúde, transportes etc. impactam diretamente na qualidade de vida dos novos habitantes, como também representam para as variadas empresas que podem se instalar no Complexo uma oferta de mão de obra a baixo custo.

Na era pós-desenvolvimentista clássica, com o enfraquecimento da intervenção estatal direta na infraestrutura em diversos setores do imobiliário urbano, tal contexto reflete também a nova era neoliberal. O Estado brasileiro não ficou ausente desse projeto de fortalecimento de grandes grupos empresariais. No Brasil, a redemocratização gera novos personagens e dinâmicas políticas, mas a força de estruturas sociais pautadas na superexploração do trabalho continua presente nos atuais megaprojetos.

As análises realizadas do Complexo Multimodal Aluizio Campos, o qual ainda está se instalando na cidade, sendo considerado pela mídia “O maior conjunto habitacional em construção no Brasil”, caso não consiga cumprir as metas estabelecidas em seu projeto âncora de infraestrutura, poderá representar apenas o continuísmo de políticas públicas que não minimizam as desigualdades sociais e produzem, em última instância, marginalização espacial, porém de uma maneira mais amena e renovadora, com uma fachada modernizante. Assim sendo, persiste uma emergência pelo direito à cidade como prioridade em qualquer empreendimento público. Esse direito tem como fundamento a garantia de que os moradores do conjunto terão uma vida urbana com várias possibilidades, sejam elas profissionais, educacionais, de saúde, segurança e mobilidade. Nos diagramas apresentados, do *Plano estratégico de desenvolvimento para Campina Grande 2035*, denominado de *Plataforma Aluizio Campos: visão de futuro 2035*, a seção habitação é apresentada como aquela que fornece *força de trabalho*, mas não está implícito o que a habitação em si será para seus moradores ou como cada serviço público irá funcionar, embora seja necessário admitir que a forma como foi realizado o sorteio das casas inibiu práticas clientelísticas diretas que geralmente acompanham tais processos seletivos.

Entretanto, alguns problemas persistem em investimentos sociais em habitação popular. Nota-se que nesses programas restam para os mais pobres as áreas mais distantes das zonas centrais e mais valorizadas da cidade, desprovidas de infraestrutura e com moradias de baixa qualidade, mesmo em projetos “inovadores” como o Complexo Multimodal Aluizio Campos. Dessa forma, as maiores beneficiadas nessas iniciativas tendem a serem as empresas envolvidas com o setor da construção civil.

Como o Complexo Multimodal Aluizio Campos ainda se encontra em sua fase inicial,



pois o único setor construído é o habitacional, há uma evidente discrepância frente a outros condomínios populares. Até o presente momento, tal empreendimento se destaca mais pela sua “grandeza espacial” do que pela presença do setor empresarial e comercial no local, uma vez que ainda há dificuldades de atrair investimentos. Atingir o desenvolvimento econômico com reflexo no incremento de renda e qualidade de vida das populações menos privilegiadas, abarcando as esferas local, regional e global, ainda representa um grande enigma da contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rômulo (2010). *O Homem do Ligeiro: memórias de Aluizio Campos*. Campina Grande: FURNE/NEP/Comunicações/Cinema do Agreste, 1 DVD.

AZEVEDO, Sérgio (2007). “Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências”. In: CARDOSO, Adauto L. (ed.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.

BACELAR, Tânia (2000). “A ‘questão regional’ e a ‘questão nordestina’”. In: TAVARES, M. C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

BRASIL (2000). *Emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000*. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm). Acesso em: 03 jul 2018.

BRASIL ([2019]). Ministério do Desenvolvimento regional. *MCMV Faixa 1: Entidades*. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv/modalidades/mcmv-faixa-1-entidades>. Acesso em: 20 fev 2019.

BRASIL (2005). *Lei Nº 11.124, de 16 de junho de 2005*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de

Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm). Acesso em: 15 mai 2018.

BRASIL (2015). *Portaria Nº 412, de 6 de agosto de 2015*. Aprova o Manual de Instruções para seleção de beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). Brasília: Diário Oficial da União de 7 de Agosto de 2015, n.150, s.1, p.40.

BRASIL (2018). *Portaria nº 720 12 de dezembro de 2018*. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH), de que trata a Portaria nº 163, de 6 de maio de 2016. Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2018, n.239, s.1, p.85.

CAVALCANTE, L. R. M. T. (2008). Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, v. 02, n. 1, pp. 09-32.

GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. (2012). Das Práticas de Gestão de Grandes Projetos Urbanos. *Revista Saúde e Soc.* São Paulo, v. 21, supl. 3, pp. 21-32.

GOLDENBERG, Mirian (2004). *A arte de pesquisar*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record.

GUILHON, Bernard (1998). *Les firmes globales*. Paris: Economica.

HARVEY, D. (1989). *From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformations in Urban Governance in Late Capitalism*. London: Geografiska Annaler.

HELD, David; MC GREW, Anthony (2000). *An Introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press; Blackwell Publishers.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Campina Grande*:

Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 30 jan 20198.

LACERDA, Antônio Corrêa (Org) (2017). *Desenvolvimento brasileiro em debate: grupo de pesquisa sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (DEPE/PUC-SP)*. São Paulo: Blucher, 2017. 168 p. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/RodrigoHisgaildeAlme/desenvolvimento-brasileiro-em-debate>. Acesso em: 01 fev 2020.

MANZINI, E. J. (1990/1991). A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, pp. 149-158.

MANZINI, E. J. (2003). “Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada”. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: Eduel.

MARQUES, Eduardo (2019). “Transformações, avanços e impasses nas políticas urbanas brasileiras recentes”. In: ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Eduardo Pimenta de. *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: UNESP.

MELO, Josemir Camilo de (2014). *Aluizio Afonso Campos: o benemérito da FURNE*. Campina Grande: EDFURNE.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. et. al. Espairamento de mercantilização do espaço urbano em Campina Grande: o caso do Complexo Aluizio Campos. *XVIII ENANPUR*, Natal - RN, 27 a 31 mai. 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1383>. Acesso em: 21 abr. 2020.

MONCLUS, Francisco Javier (ed.) (1998). *La ciudad dispersa*. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.

ORUETA, Fernando Diaz; FAINSTEIN, Susan S. (2009). The New Mega-Projects: Genesis and Impacts. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 32: 4, Joint Editors, Blackwell Publishing. Disponível em: <https://www.ijurr.org/article/the-new-mega%e2%80%90projects-genesis-and-impacts/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

PORTAL MIGALHAS (2009). *Programa “Minha Casa, Minha Vida”*: Medidas Provisórias 459 e 460. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI81244,91041-MPs+459+e+460+dispoem+sobre+o+Programa+Minha+Casa+Minha+Vida>. Acesso em: 04 jun 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (2006). *Lei Complementar nº 003, de 09 de outubro de 2006*. Promove a revisão do Plano Diretor de Campina Grande. Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. *Produto Contratual Número 8: Visão de Futuro* Aluizio Campos. Disponível em: <http://www.campinagrande2035.com.br/documentos>. Acesso em: 01 jun 2017.

ROCHA, Silvério (2017). Casas para uma vida melhor. *Revista Prisma*, n. 63, a. 16. Disponível em: [https://issuu.com/marcosmandarimdesousa/docs/prisma\\_63](https://issuu.com/marcosmandarimdesousa/docs/prisma_63). Acesso em: 01 fev. 2020.

SASSEN, Saskia (2010). *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides (2007). Projetos urbanos: conceitos e referenciais. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, pp. 7-14, abr./jun.